

**Soraia Faria**

---

**Para:** Maria Campos  
**Assunto:** RE: PROPOSTA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA REDE DE ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS DOS AÇORES EM DISCUSSÃO

---

**De:** Maria Campos [REDACTED]  
**Enviada:** 24 de abril de 2025 00:51  
**Para:** Apreciacao Publica <apreciacaopublica@alra.pt>  
**Assunto:** PROPOSTA DE DESCLASSIFICAÇÃO DA REDE DE ÁREAS MARINHAS PROTEGIDAS DOS AÇORES EM DISCUSSÃO

Exmos. Senhores,

Enquanto cidadã portuguesa atenta ao futuro dos Açores, venho contribuir para esta consulta pública reforçando a relevância das Áreas Marinhas Protegidas (AMP) como pilares essenciais da conservação do Oceano e da sustentabilidade da nossa Região.

Está amplamente demonstrado pela ciência que as AMP, quando corretamente geridas, não só não prejudicam a pesca como a beneficiam — aumentando o tamanho dos peixes, as capturas e a taxa de reprodução. São, por isso, uma ferramenta indispensável para preservar a biodiversidade e assegurar a resiliência económica do setor das pescas a longo prazo.

A proposta de permitir atividades extrativas, como a pesca de atum, em zonas de proteção total, representa um claro desvio aos critérios estabelecidos pela União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), e implica a perda da respetiva classificação. Tal desclassificação significaria uma quebra drástica da proteção efetiva, de 15% para 0%, minando a credibilidade de todo o processo de conservação e atrasando os seus resultados positivos.

Esta medida, além de enfraquecer a confiança nas políticas ambientais da Região, poderá afetar negativamente a reputação dos Açores numa altura em que é crucial afirmar a nossa liderança na gestão responsável do Mar.

O caminho para o desenvolvimento sustentável dos Açores passa por um Oceano saudável, ancorado no conhecimento científico, na modernização do setor das pescas e no aproveitamento estratégico dos fundos do PRR. A pesca artesanal, quando feita com práticas sustentáveis, deve ser parte integrante desta solução.

Assim, manifesto a minha firme oposição à desclassificação das áreas marinhas de proteção total. Esta decisão representaria um passo atrás inaceitável no compromisso ambiental da Região e colocaria em causa o futuro do nosso património natural e da economia azul.

Com os melhores cumprimentos,